

E

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE PINDOBA, MUNICÍPIO DE AREIA-PB

Estaneslau Paul Valessa Rodrigues da Silva Santana

Eng. Agro. Rua Generino Maciel n 349 Jaguaribe, Joaoa Pessoa-PB E- E-mail:estaneslau@hotmail.com

Anselmo Rodrigues de Oliveira

Prof. R endereço é centro de ciencias agrarias- CCA departamento de solos. cep 59 397-000

E- anselmo@cca.ufpb.b

Francisca Joseanny maia e Oliveira

MESTRANDA EM AGRONOMIA PELA UFPB/CCA/AREIA ÁREA AGRICULTURA TROPICAL

E-mail : joseannyufpb@hotmail.com

RESUMO - A agricultura familiar brasileira é caracterizada por uma forma de organização da produção nas quais critérios usados para tomada de decisões não são definidos somente em relação à produtividade e rentabilidade econômica, mas também da necessidade e objetivos da família. Por estas razões, as orientações aos agricultores familiares devem ser baseadas em diagnósticos específicos que contemplem estas particularidades. Este trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar da comunidade de Pindoba, situada no município de Areia-PB. O diagnóstico foi conduzido a partir da aplicação de um questionário através de entrevistas semi-estruturadas junto a 30 famílias representativas da comunidade. Os temas abordados foram: perfil social, educação, assistência técnica, principais fontes de renda e produção agropecuária. Os resultados indicam que os agricultores podem ser subdivididos em dois grandes grupos: aqueles de menores condições, que possuem áreas de 1 a 8 há, cultivadas com mandioca, milho e feijão, principalmente para consumo familiar. Os de melhor infra-estrutura, possuem áreas acima de 8 há e conseguem uma produção e produtividades maiores devido principalmente ao uso de irrigação e adubação das culturas, principalmente banana e laranja. Ambos os grupos a grande maioria não tiveram assistência técnica. O diagnóstico foi uma ferramenta para conhecer melhor a realidade da comunidade e poder servir de suporte para elaboração de planos de ação visando melhorar os sistemas de produção visando melhorar as práticas agrícolas através da otimização dos recursos naturais. Verificou-se que futuras ações na comunidade devem contemplar a conscientização dos agricultores acerca da reivindicação, junto aos órgãos competentes, de direitos básicos tais como a melhoria das condições de saneamento. Educação e acesso como assistência técnica e crédito rural.

Palavras chave: Agricultura familiar, comunidade rural, culturas regionais.

DIAGNOSIS SOCIO-ECONOMIC COMMUNITY PINDOBA, MUNICÍPIO DE AREIA-PB

ABSTRACT - The Brazilian family agriculture is characterized by a way of organizing production in which criteria used for decision-making are not defined only in relation to productivity and economic profitability, but also of the need and objectives of the family. For these reasons, the guidance to farmers should be based on specific diagnoses that provide these features. This study aimed to achieve a diagnosis social-economic family farming community of Pindoba, located in the municipality of Sand-MO. The diagnosis was carried from the application of a questionnaire through semi-structured interviews with 30 families representative of the community. The topics covered were: social profile, education, technical assistance, major sources of income and agricultural production. The results indicate that farmers can be divided into two main groups: those from lower conditions, que have areas of 1 to 8 there, planted with cassava,

maize and beans, mainly for family consumption. The best of infrastructure, have over 8 areas and there is succeed in a production and higher yields due mainly to the use of irrigation and fertilization of crops, especially bananas and oranges. Both groups did not have the vast majority technical assistance. The diagnosis was a tool to better know the reality of the community and can serve as a support for drawing up action plans to improve production systems to improve agricultural practices through the optimization of natural resources. It was found that future actions in the community should consider the farmers' awareness about the claim, together with the competent bodies of basic rights such as improved sanitation. Education and access to rural credit and technical assistance.

Key words: Agriculture family, rural community, regional cultures.

INTRODUÇÃO

No fim do século XIII, o setor canavieiro apresentou sinais de reaquecimento da economia açucareira por ocasião da revalorização do açúcar brasileiro, graças à desarticulação do mercado externo, ao longo d sua existência, o setor canavieiro enfrentou momentos contraditórios de crise e expansão permanentes, determinados pela oscilação do mercado internacional e apoiado pela política de intervenção protecionista do estado brasileiro, desta forma, por volta da metade do século XIX, houve um retrocesso na atividade canavieira, novamente impulsionado pela competição desigual e o mercado europeu (NOBREGA, 2005).

A crise no setor canavieiro deu início na década de 90, o que se assistiu neste período foi o desmonte do setor canavieiro, culminando com o fechamento da maior usina da região estudada, a Usina Santa Maria, que após falir deixou muitos trabalhadores do seu complexo sistema desorientados (NOBREGA 2005).

De acordo com Moreira & Targino (1997), a expansão das usinas promoveu mudanças significativas nas relações de trabalho. Em primeiro momento a usina consolida o sistema morador, que era o grande fornecedor de mão-de-obra para a lavoura canavieira. No entanto na medida em que ela se fortalece e se expande, começam a disputar terras que estavam cedidas aos moradores, foreiros e lavradores. No bojo deste processo estão presentes a expulsão dos moradores e a eliminação da categoria de lavradores. Parcela desta população expulsa e expropria converteu-se em trabalhadores assalariados da atividade canavieira. Da expansão do assalariamento, com o sistema Usina, avanço-se o processo de monitorização das relações de trabalho via assalariamento da força de trabalho.

Segundo Moreira & Targino (1997), para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada pela família. Em outras

palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2003) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2003) apresentaram dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileiras e quase 40 % do valor bruto da produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão consumido pelo país, vêm desse sistema de produção rural (TOSCANO,2003).

O presente trabalho terá como objetivo realizar um diagnóstico da produção rural de áreas cultivadas em sistemas de agricultura familiar da comunidade Pindoba, município de Areia- PB, com isso aproximando o estudante da realidade dos pequenos agricultores rurais camponeses.

O Brejo Paraibano e o município de Areia

Até recentemente o brejo paraibano era coberto por uma floresta bem desenvolvida, graças às condições climáticas locais. Classificada como mata Latifoliada de altitude, situada a uma altitude de 500 a 630 metros. Formada por árvores grandes com presença de palmeiras. Assim como as demais formações do estado encontradas em manchas isoladas, tendo sido devastada pela intensa atividade agrícola comercial que exige grandes áreas(algodão, cana- de- açúcar e sisal) e pela policultura com queimadas. Atualmente é encontrada fragmentada nos municípios de Areia, Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Pilões, Serraria e Solânea. Caracterizando o brejo de altitude (NOBREGA,2005).

Para (MOREIRA & TARGINO, 1997), o relevo e posição geográfica contribuem para ocorrência de um clima úmido(com pluviosidade média anual em torno de 1500 milímetros a 1800 milímetros e temperaturas amenas), solos férteis e uma hidrografia perene,

condições esta muito favoráveis para o desenvolvimento da agricultura.

A Dominação da Usina

A dominação da Usina sobre o engenho manifestou-se; Segundo Moreira & Targino, (1997):

- Da expansão de área com cana. Esta expansão deu-se a partir do arrendamento ou da compra dos engenhos pelas usinas. Deste modo ele assegurava parte da matéria-prima que utilizava na sua produção. Se a usina dependesse unicamente da cana fornecida pelos engenhos, esses seriam livres para cessar seu fornecimento no momento que desejassem ou no momento que os interesses da usina contrariassem os seus. Produzindo sua própria matéria-prima a usina fortificava sua relação de dominação sobre os engenhos.

- Da determinação do preço da cana. No momento em que os engenhos passam a fornecer a cana à usina eles passaram a receber pela cana o preço determinado por esta. O preço de subordinação e dependência dos engenhos às usinas se aprofundou.

Afirma ainda os autores que, a resposta encontrada pelos senhores de engenho do Brejo para resistir a dominação da usina foi aderir ao cultivo do sisal o qual, contava naquele momento com uma boa recepção do mercado internacional.

Os mesmos autores afirmam que, com o declínio da atividade sisaleira a partir do final dos anos 50, a cana-de-açúcar voltou-se a constituir no principal produto agrícola regional. A partir de então o sistema açucareiro do brejo caracteriza-se à pela dominação da usina.

Sem alternativa que permitisse sua independência em relação à usina, a maioria dos senhores de engenho colocou-se em segundo plano a produção de rapadura, e se transformando em meros fornecedores de cana. No início dos anos 70, poucos eram os engenhos ainda em funcionamento na região e o sistema morador, característico da atividade canavieira regional, encontrava-se em processo de decadência (Moreira & Targino, 1997).

Em 1975, foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), apoiado numa forte política de incentivos fiscais e creditícios. O incentivo do Proalcool destinava-se tanto a produção industrial como agrícola. O crescimento da área colhida entre 1970 e 1980 foi equivalente 113,6% (de 40.007 há para 85.455 há), o que significou a incorporação de mais de 45 mil há de terras pela cana. Deste total 74% foi incorporado entre 1975 e 1980 (MOREIRA & TARGINO, 1997).

O Proalcool obteve vários impactos transformando áreas de policultura em paisagens homogêneas; fazendo sentir no emprego rural, através do crescimento do emprego sazonal. Entre 1975 a 1985, o número de empregos assalariados temporários da zona canavieira cresceu 93,6%, não correspondendo a uma melhoria da condição de vida da classe trabalhadora. Em

1984, a exemplo, a renda monetária média mensal de uma família de trabalhadores de cana no brejo representava 97% do salário mínimo vigente na época, para manter uma família de aproximadamente sete pessoas (MOREIRA & TARGINO, 1997).

A imprensa divulgava sistematicamente a situação de insolvência financeira de algumas usinas de cana de açúcar paraibanas, como destaque para a Usina Santa Maria e a Santa Helena. A Usina Santa Maria faliu, e em seguida, uma empresa, AGROENGE, pertencente a um grupo empresarial do Distrito Federal, que tinha por presidente o Sr. Josimar Santos, entrou na justiça, ganhou a suspensão da falência, realizou financiamento junto ao Banco do Brasil visando o soerguimento da Usina e assumiu. Para isso a AGROENGE teria contado com o apoio de políticos locais (MOREIRA & TARGINO).

Em outubro de 1992, a antiga usina Santa Maria reabriu sob controle desse grupo, com o nome de Usiagro (Usina e Agropecuária Ltda). Durante dos anos ela produziu açúcar e álcool. Depois disso, voltou a fechar. O grupo empresarial se retirou sem ter conseguido soerguer sua empresa. Deixou para trás mil sacos de açúcar e 712 mil litros de álcool da safra 92/93, além de uma série de problemas. Para o Banco do Brasil, os produtos estocados integravam uma garantia de financiamento feita pelo banco à citada empresa. Para a justiça, porém, eles pertenciam à massa falida, portanto, eram passíveis de serem vendidos. Tal venda foi realizada em maio de 1994. Estava previsto que o dinheiro da venda destes produtos se destinaria ao pagamento de dívida de ações trabalhistas. As terras da Usina Santa Maria estão inventariadas no processo de falência (MOREIRA & TARGINO, 1997 apud NOBREGA, 2005).

Agricultura familiar

A agricultura não é simplesmente um sistema de produção de alimentos, mas sim, um sistema complexo que envolve o ser humano, seu trabalho e ambiente. No Brasil, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar na atividade econômica, vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre agricultura sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (ALMEIDA E CORDEIRO, 2002).

De acordo com CABRAL (2000 apud ARAÚJO 2005), ao se falar em agricultura familiar no Brasil, corre-se o risco de cometer erros em relação a conceitos, informações e dados. Para DENARDI (2001), seu conceito é bastante recente no Brasil, tendo aproximadamente 10 anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Os empreendimentos familiares são administrados pela própria família e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. A gestão e o trabalho são predominantemente familiares. Pode-se dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo

tempo, uma unidade de produção e de consumo, uma unidade de produção e de reprodução social.

No nordeste, a convivência com a seca através do manejo da biodiversidade, é o principal pilar na sustentabilidade da agricultura familiar. A produção está voltada tanto para o abastecimento alimentar da família e dos animais, quanto para a geração de excedentes para a comercialização (ALMEIDA, PETERSEN E CORDEIRO, 2001).

Na luta pela sobrevivência empreendida pelas populações rurais, a produção de alimentos suficientes para o consumo da família e para a manutenção da capacidade produtiva da terra tem sido sempre fundamental, dela dependendo a própria continuidade dessa produção de alimentos para a família e para as futuras gerações. Para se Ter sucesso nessa luta o desenvolvimento tecnológico através da experimentação e da integração de novos conhecimentos sempre foram aspectos presentes e necessários (REIJNSES, HAVERKORT E BAYER, 1994).

Segundo TOSCANO (2003), os países desenvolvidos têm na agricultura familiar uma sustentação de economia e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história promoveram a reforma agrária e a valorização dessa cultura. O bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos fatores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONG's e outros.

A Agricultura Familiar caracteriza – se pelo:

- Trabalho e gestão intimamente relacionados;
- Direção do processo produtivo assegurado diretamente pelos proprietários;
- Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida;
- Trabalho assalariado complementar;
- Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (VEIGA, 1995)

Na agricultura familiar a produção destinada ao autoconsumo deve ser analisada economicamente, não em função do preço de mercado do produto agrícola, mas em função do preço de mercado do produto agrícola, mas em função do custo de oportunidade da alimentação para a família (preço de compra na época de consumo).

Banco de sementes

A biodiversidade agrícola sofre uma de suas principais perdas com o desaparecimento das variedades locais ou antigas. A substituição desta pelas variedades melhoradas ou pelos híbridos conduz a uma acelerada erosão genética e preocupa diversos setores pelo inegável comprometimento do futuro da agricultura. Os esforços da pesquisa e alimentação são cada dia mais questionado pela evidente fragilidade estratégica, fragilidade esta que

vem sendo, aos poucos, reconhecida pelos governos. Na mesma medida, toma vulto o reconhecimento e a valorização do papel das comunidades locais na conservação e no uso sustentável desses recursos (SOARES, 1998).

Os agricultores familiares no semi – árido paraibano tem uma prática herdada dos pais, a voz, vizinhos que é guardada a sua própria semente. Essa é uma prática tradicional, passada de geração em geração, uma estratégia usada pela família, que consiste em separar, selecionar e armazenar uma parte da produção na forma de semente para que no ano seguinte o agricultor tenha como fazer seu novo plantio sem depender de terceiros. (DUQUE, 2002).

No Brasil, os bancos de sementes comunitários originaram – se na década de 70, a partir da ação da Igreja Católica, junto as comunidades eclesiais de base, em diversas dioceses e paróquias do Nordeste. O relato do Padre Bernardo Holmes, na época vigário de Tauá, estado do Ceará, ajuda a entender a história da formação dos bancos de sementes. São apontados dois motivos para o início da experiência : as condições da vida no Sertão, de “ plantar quando a chuva vier”, para não perder uma safra e, principalmente, para “ escapar da dependência do patrão”. Os agricultores “ trabalhavam na terra sem possuir nada, (...) arrendando, sem terra” e por isso eram obrigados a vender força de trabalho ou pedir empréstimos aos grandes proprietários para poderem comprar a semente na época do plantio (ALMEIDA, 2002).

Educação do campo

Segundo Kolling et al (1999), é preciso refletir sobre o sentido da inserção do campo no conjunto da sociedade para quebrar o fetiche que coloca o camponês como algo `q parte, esclarecendo que a “combinação do trabalho agrícola e do industrial é a expressão mais concreta que nega a concepção de que a cidade e o campo são mundos a parte”, fora do comum, fora da totalidade definida pela representação urbana. Nesta perspectiva, a visão dicotômica entre o atrasado(campo) e o moderno(cidade), tem influenciado na educação oferecida aos agricultores, geralmente não considerando os sabores e a cultura dos trabalhadores do campo.

Uma das questões mais graves quando se discute a educação no meio rural é o elevado índice do analfabetismo. Os analfabetos sentem- se tolhidos pelo modo de falar, de participar, de decidir, de controlar seus representantes. O que caracteriza a “ cultura do silêncio” identificada e problematizada por Paulo Freire, conforme observa Ieno Neto & Bamat (1998). Os autores apontam ainda que” os sentimentos associados ao não domínio do código escrito dizem no mínimo, de uma força que gera impotência, que paralisa. Impotência diante de habilidade fundamentais para o exercício da cidadania:” ler e falar, falar e ler”.

Reforma Agrária

Quando analisamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Dessa forma, podemos verificar que esses princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil nunca deixaram de existir (OLIVEIRA, 1991).

As questões que envolvem o campo no Brasil nos dias atuais são frutos do desenvolvimento do modo capitalista de produção. No país, a questão agrária tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa o seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos. O país inteiro tem sido sacudido, por esse processo de expropriação (OLIVEIRA, 1991).

Carvalho (1980) em *Sangue da terra* retratou muito bem momentos desse onde a expropriação a característica principal de expansão do capitalismo, constitui-se num componente de reprodução do capital.

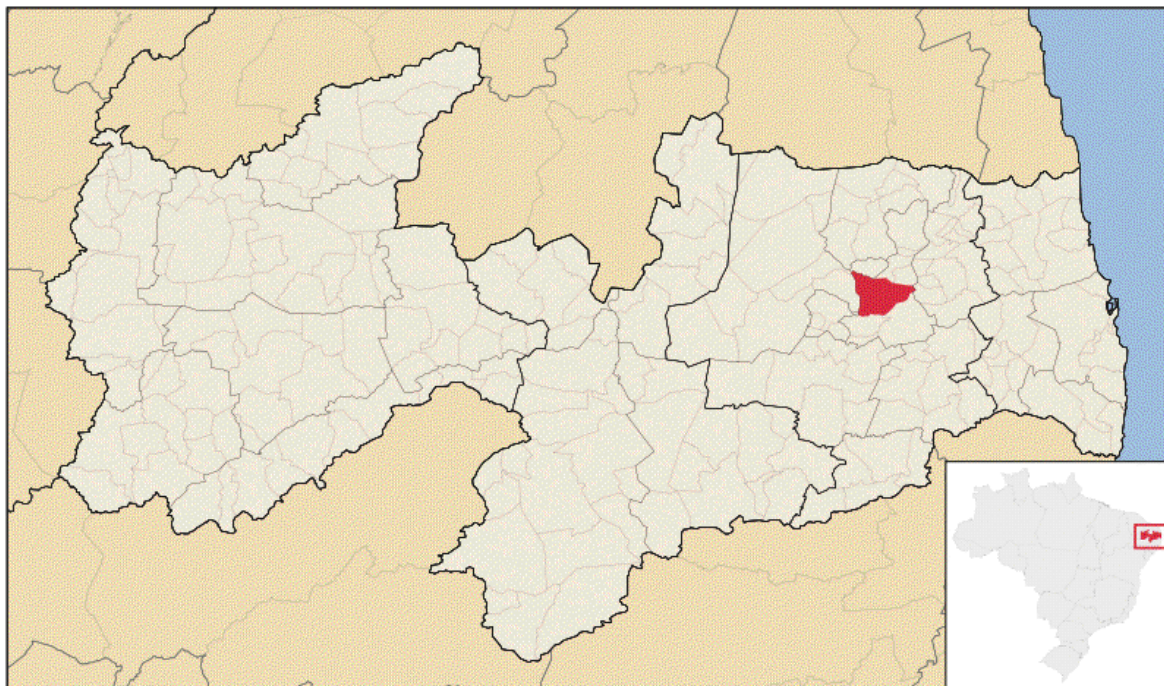
De acordo com Silva, (1996), a reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicaram não é a pulverização antieconômica da terra; é, sim, uma

na força familiar de forma cooperativa, como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. É para os trabalhadores rurais uma estratégia de romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu trabalho. Para qual é necessário eliminar o latifúndio.

A todo homem assiste-lhe o direito a aspirar a propriedade juntamente com sua família, onde sobre a qual estabeleça permanentemente o seu lar, e dela retire seu sustento. Pois a terra é o ponto de apoio necessário de toda atividade humana e o estágio último de toda iniciativa econômica (STÉDILE, 2005).

MATERIAIS E MÉTODOS

A comunidade de Pindoba está localizada a 18 km de distância do município de Areia – PB (FIGURA1), situada no brejo paraibano. A comunidade está situada no território da Usina Santa Maria, que delimita-se seu território com os municípios de Alagoinha, Pilões e Alagoa Grande. O município corresponde a uma área de 269,424 km². Sua população é de 24.654,00 habitantes, densidade 91,5 habitantes/km². A sede do município tem uma altitude de 623 metros acima do nível do mar e distando de 130 km da capital.



redistribuirão da renda, de poder e de direitos, centrada

Figura 1. Localização do município onde está localizada a comunidade Pindoba.

Primeiramente, é realizada uma conversa informal, onde, através desta, serão adquiridas as informações para a construção do questionário a ser aplicado durante a pesquisa.

O diagnóstico foi elaborado de forma a abranger as várias questões referentes à realidade de vida dos entrevistados. Nesse questionário (ANEXO), foram abordadas questões como: local de origem, educação, condição de vida, etc. Procurou-se deixá-lo o mais simples possível para que não torne um exercício desenvolvimento cansativo para o agricultor, interferindo nos resultados.

Para Rocha (1997), um questionário sócio-econômico tem como finalidade avaliar a situação social, tecnológica e sócio- econômica do meio rural, bem como a deterioração das famílias de uma região, tendo por fim condições de elaborar recomendações.

A escolha dessa forma de abordagem foi devido à facilidade de possuir acesso ao agricultor. No decorrer dessa etapa, procurou-se tornar a entrevista mais interativa, de forma que permitisse ao agricultor opinar,

discutir, contar sua vivência em relação aos tópicos à entrevista e retirado outros menos relevantes.

Para organizar as informações referentes ao questionário, os dados foram digitados em planilha do Excel, para posterior confecção dos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Administração da propriedade

Verifica - se na Figura 2, que 80 % dos agricultores entrevistado dirigem a propriedade e apenas 20% das propriedades são administradas por outro membro da família ou por terceiros. Foi possível observar através de conversas durante o diagnóstico que essa aquisição da administração da propriedade por um outro membro da família deu-se devido a idade elevada do proprietário declarante.

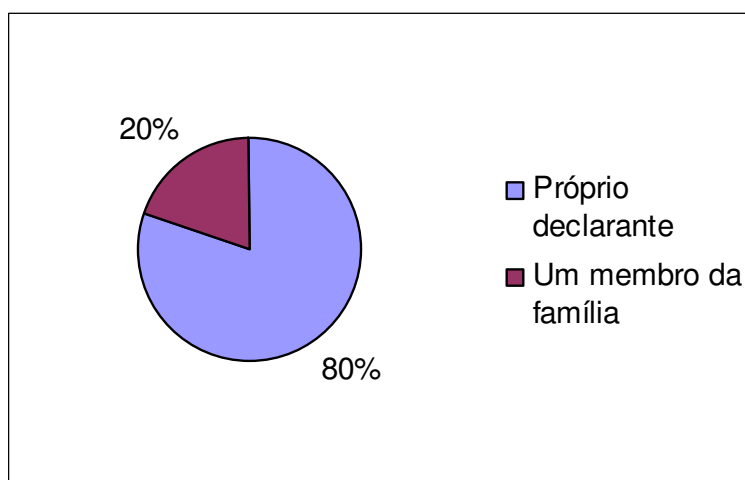


Figura 2. Administração da propriedade.

Estado Civil dos Entrevistados

Verificou-se que dentre os agricultores entrevistados(figura 3), cerca de 70 % são casados. Aproximadamente

10% dos entrevistados são divorciados; enquanto que cerca de 20% são solteiro ou outro tipo de relacionamento, ou seja, vivem com suas parceiras, porém não possuem uma relação oficializada.

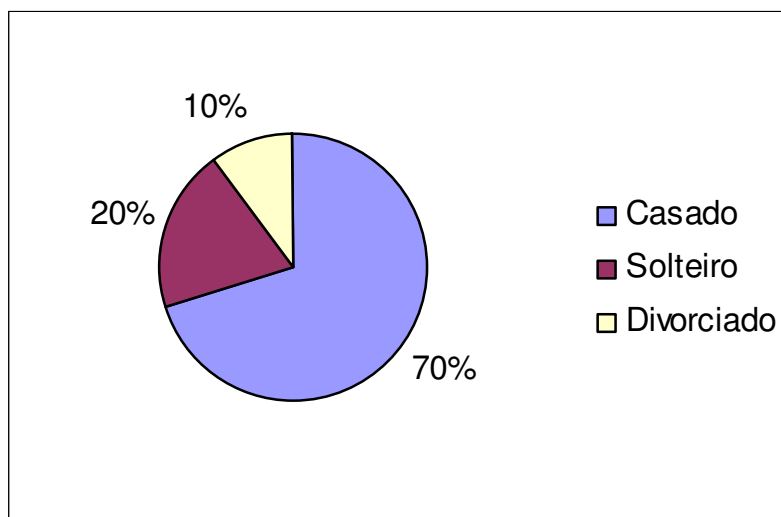


Figura 3. Estado civil dos entrevistados.

Nível de escolaridade Dos Entrevistados

A educação no Brasil é uma realidade que incomoda todos os seguimentos da sociedade. Hoje grande parte da população é analfabeta, trazendo consigo suas histórias e com elas as dificuldades de se estudar no país onde o descaso e a indiferença são tantas, onde existe uma massa de privilegiados. Todavia esse quadro vem mudando a cada dia, com a ajuda do governo e programas que vêm a beneficiar aqueles que por algum motivo não

se encaixam na escola. Na comunidade estudada existe uma unidade escolar que funciona o ensino fundamental, e para os alunos que já ultrapassaram essa fase o município disponibiliza transporte.

Verifica-se que, das pessoas entrevistadas, 30% são analfabetos. Constata-se também 55% possuem o ensino fundamental incompleto, 5% o ensino fundamental completo, 5% possuem o ensino médio completo e apenas 5% dos entrevistados concluíram o ensino superior.

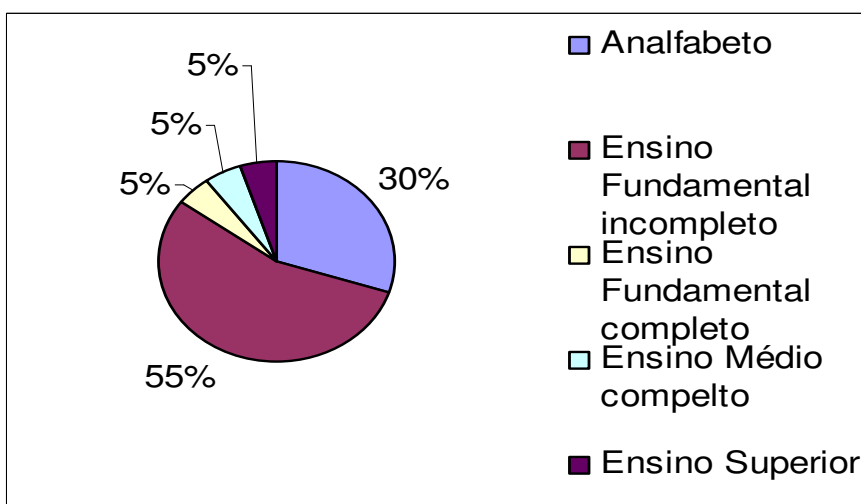


Figura 4. Grau de escolaridade dos entrevistados.

Organização dos agricultores

Na comunidade Pindoba, os agricultores não possuem nenhuma forma de organização local, onde 60% não participam de nenhum tipo de associação, 10% de uma associação religiosa e apenas 30% do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Areia – PB (Figura 5).

Através de perguntas, pode-se observar que um ponto negativo que influi diretamente nessa não adesão dos agricultores a associações vizinhas ou mesmo a formar uma local, é a falta de escolaridade e a relutância

em buscar informações fora do ambiente da Comunidade. Contudo, observa-se que o analfabetismo não impede que os agricultores tenham senso crítico e capacidade de discernimento para identificar o que lhes interessa, apenas não se posicionam, mantendo um sentimento de desconfiança, observado principalmente quando se referem às pessoas de “mais conhecimento” que apenas os procuram para buscar informações, mas que concretamente nada fazem em benefício dos agricultores.

Quanto a representação junto aos órgãos públicos ou privados é fundamental o estabelecimento de um canal, por onde diferentes demandas sejam encaminhadas.

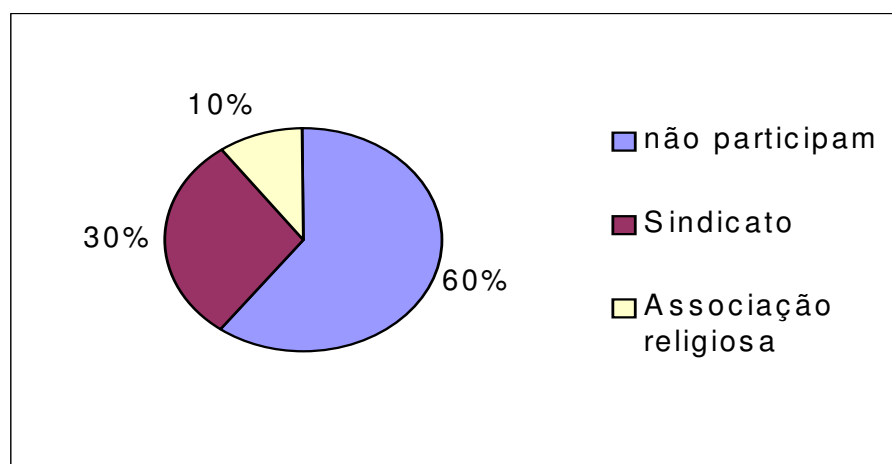


Figura 5. Formas de organização dos agricultores.

Onde os proprietários moram atualmente

Há alguns modelos teóricos que tentam explicar o que leva as pessoas a abandonarem o campo para viver na cidade.

De acordo com um desses modelos, existiria, no meio rural, um contingente de pessoas cujo trabalho não agrega à produção. Essas pessoas, por isso recebem uma remuneração muito baixa, próxima do nível de subsistência, muitas vezes inconstante ou sazonal.

Existindo no meio urbano maior oportunidade de receber um salário um pouco maior que esse e mais constante, elas seriam facilmente atraídas ou deslocadas, sem que a produção sofresse qualquer prejuízo.

Verificou-se que mesmo como o crescimento a cada ano do êxodo rural, a Comunidade Pindoba possui 90% dos agricultores-proprietários que residem na própria comunidade e apenas 10% em alguma cidade ou comunidade vizinha.

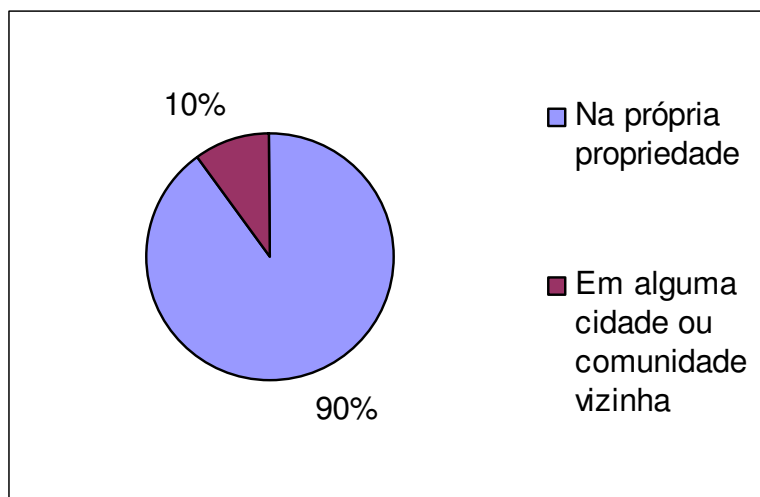


Figura 6. Local onde residem os proprietários.

Origem da água

A origem da água da Comunidade Pindoba não é das melhores, 70% das casa tem sua água originária de açudes, outras 30% de poços ou nascente (Gráfico 7).

Segundo NÓBREGA (2005), observou-se que 73 % dos assentados do Assentamento São Francisco I tem como principal fonte de água as cisternas de placas e 27% usavam água de açude, rio ou cacimba.

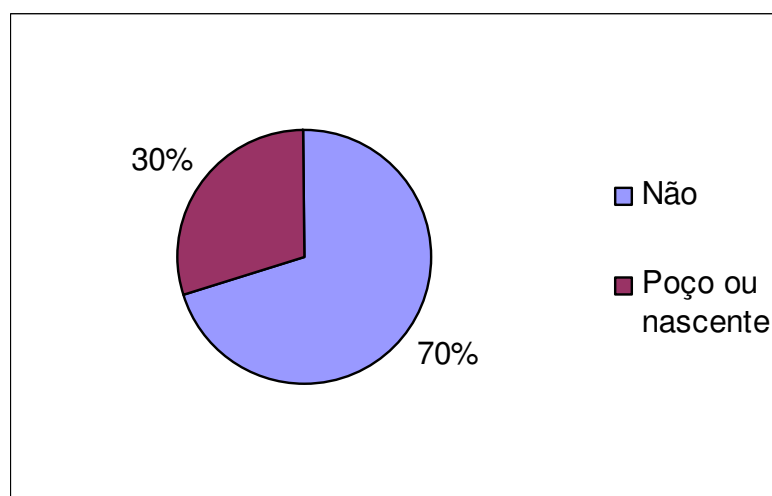


Figura 7. Origem da água utilizada pelos agricultores.

Trabalho infantil na Comunidade

No Brasil a maior parte desse trabalho ocorre em ocupações típicas da agricultura, especialmente na

pequena produção familiar. Assim, em torno de 63,2% das crianças das zonas rurais trabalham no setor, como trabalhadores por conta própria. Ainda nessa faixa etária, 51,7% dos trabalham residem nos estados do Nordeste, a

maioria desenvolvendo atividades vinculadas à agricultura familiar.

Na Figura 8, observa-se que 75% das propriedades possuem trabalho infantil e apenas 25% não aceitam esse tipo de trabalho.

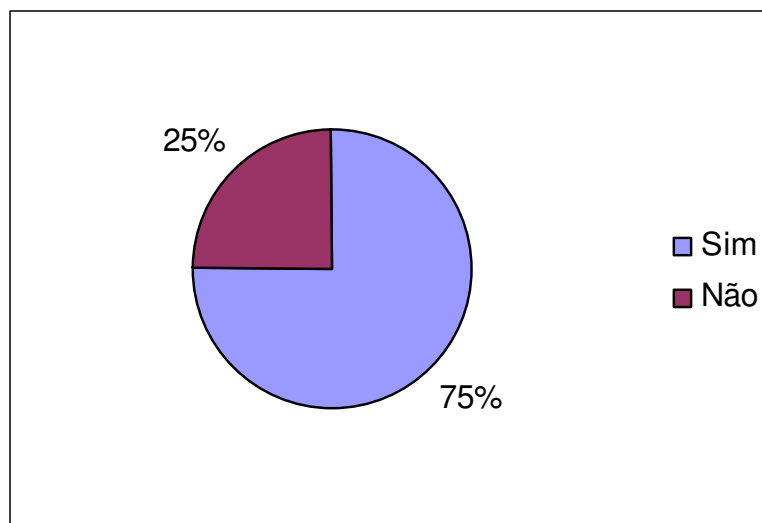


Figura 8. Distribuição do trabalho infantil na comunidade Pindoba.

Fontes de renda através de Programas do Governo

Na Figura 9, observa-se 20% das famílias dos agricultores recebem do Governo Federal o benefício Bolsa família que compreende (Fome zero, Bolsa escola e Auxílio gás). Verifica-se também que 35% são beneficiados apenas pelo auxílio gás e fome zero ,por não possuírem filhos na escola. Também foi observado que 45% dos entrevistados são agraciados com a aposentadoria, inferindo-se assim que, boa parte da população da comunidade é composta por pessoas idosas.

De acordo com ARAÚJO (2005), a aposentadoria é a principal fonte de renda da comunidade Geraldo de Cima, em Alagoa Nova- PB, fato tornado

evidente quando observamos a idade dos chefes de família entrevistados ,onde a maioria está na faixa entre 54 a 70 anos. Segundo dados do Ministério da Previdência Social, os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade em cinco anos a menos em relação aos trabalhadores urbanos: 60anos, para os homens e 55 anos para as mulheres. em cinco anos a menos em relação aos trabalhadores urbanos: 60anos, para os homens e 55 anos para as mulheres.

em cinco anos a menos em relação aos trabalhadores urbanos: 60 anos, para os homens e 55 anos para as mulheres.

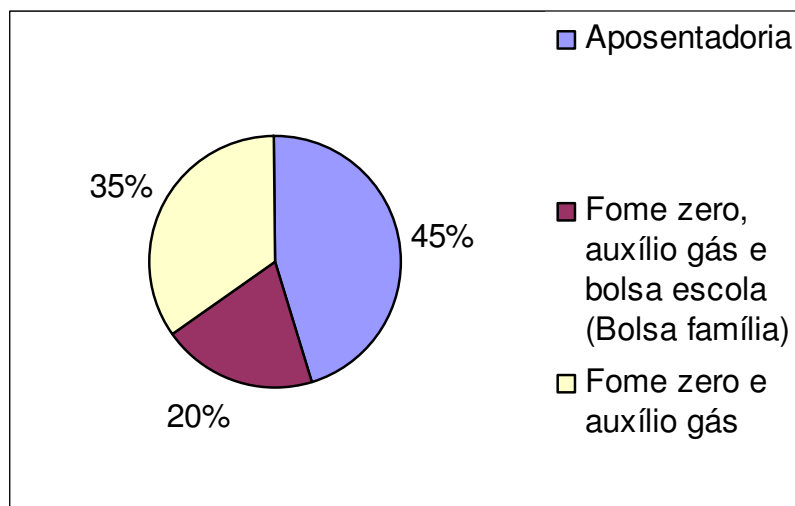


Figura 9. Distribuição de renda através de Programa do Governo

Tipos de energia usada na cocção dos alimentos

aproximadamente 53%, porém esse uso de energia é de forma combinada em gás e lenha .

Verifica-se na Figura 10, que a menor parte das famílias entrevistadas cerca de 53 % utilizam lenha para cozinhar. Geralmente a lenha é retirada de roçados e capoeiras encontradas na propriedade. O uso de gás foi de

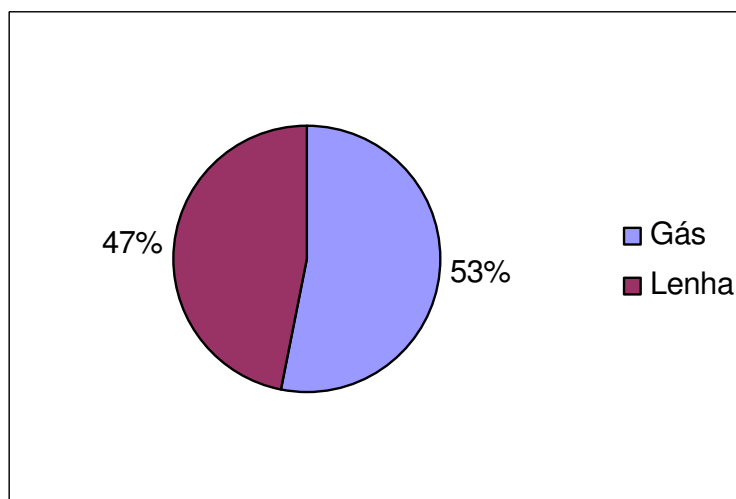


Figura 10. Tipo de combustível usado na cocção de alimentos.

Tipos de adubação e ou calagem

Uma das práticas recomendadas para se Ter um bom rendimento na agricultura é o manejo adequado do solo é a análise de solo, isso inclui a adubação realizada de forma correta e que não degrade o meio ambiente. No entanto, algumas perguntas foram feitas quanto ao uso de

adubos químicos e ou orgânicos. Constatou-se 95% dos entrevistados não usavam adubação química e o ou orgânica de "forma racional" e apenas 5% dos entrevistados usavam adubação química e orgânica a partir de análises de solo onde a orgânica era obtida na própria propriedade (esterco bovino, de aves e restos culturais).

NÓBREGA (2005) verificou que 64% dos entrevistados no Assentamento São Francisco I- Pilões, não utilizam nem adubação nem a calagem nos seus solos,

e 36% afirmaram ocasionalmente a prática da adubação, sendo ela orgânica com esterco e restos culturais.

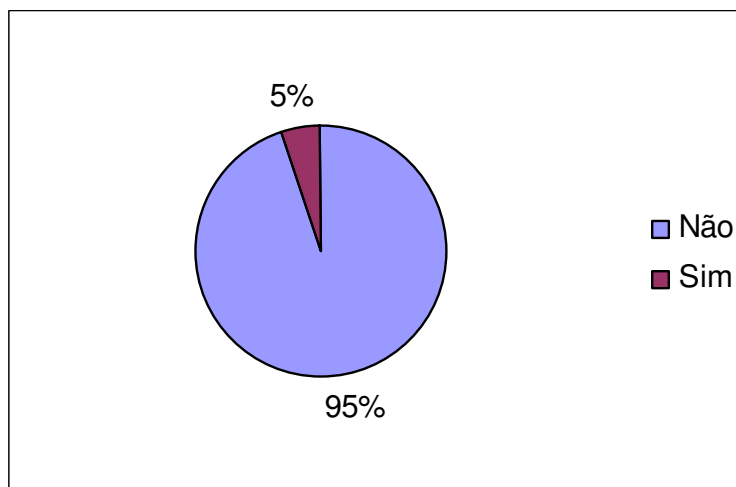


Figura 11. Tipos de adubação utilizadas na Comunidade.

Floresta Nativas

Constata-se no Gráfico 12, que ainda existe uma massa considerável de pequenos produtores que utilizam as florestas nativas da região para cozinhar chegando a 65%, onde uma parte dessas matas seriam a reserva que não seria tocada por eles, mas segundo os moradores o elevado custo do gás de cozinha e baixo poder aquisitivo induz o agricultor a utilizar a lenha como fonte de energia. Entretanto, eles reconhecem que as matas

precisam ser preservadas. O que ocorre é que são impedidos pela necessidade. Daí esse percentual de consumo ser alto.

NÓBREGA (2005), observou no Assentamento São Francisco I, Pilões- PB, que 77% dos assentados ainda tinham áreas de florestas nativas que não exploram e apenas 23% não tinham mais área de floresta nativa sem que tenha sido explorada.

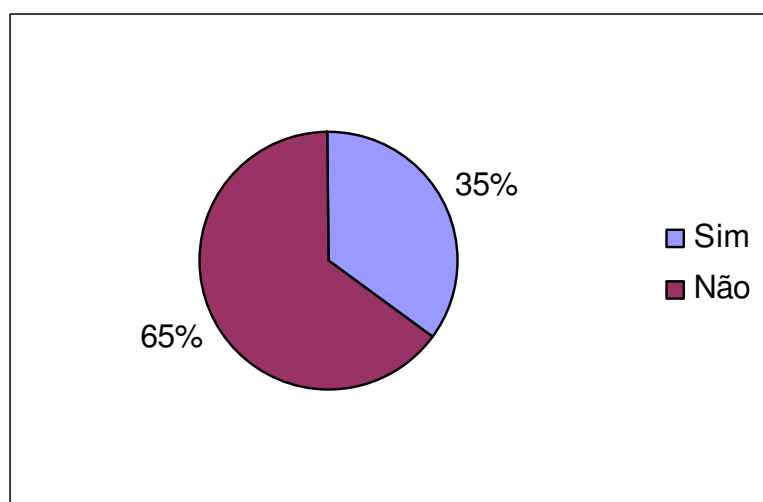


Figura 12. Floresta nativa.

Culturas cultivadas

Nos sistemas produtivos da Comunidade Pindoba, é possível encontrar a combinação sub- sistemas podendo- se citar o sub- sistema das culturas anuais ou roçados – plantio em consórcio com feijão, milho e fava.

Há um predomínio do cultivo de banana que corresponde à cerca de 35% da produção das propriedades visitadas. A produção é vendida na propriedades,

garantindo uma renda para os produtores. Verifica-se também que a cana- de açúcar corresponde a 22% da produção, sendo vendida para o Engenho existente na comunidade(Engenho Pindoba).

Os principais produtos cultivados nos roçados são atualmente espécies de subsistência como milho, feijão ,mandioca e macaxeira(Figura 13).

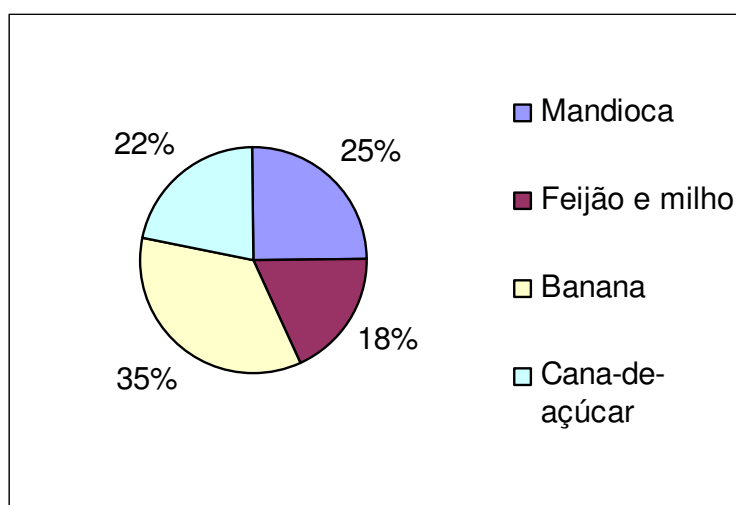


Figura 13. Distribuição de culturas cultivadas.

Animais criados pelos agricultores

De acordo com os dados expressos na Figura 14, constata-se que cerca de 90% dos agricultores entrevistados exploram atividades pecuárias. Segundo os agricultores a pecuária é uma atividade exercida de forma complementar, funcionando como uma “poupança da família”. A criação mais expressiva é a de aves, onde

cerca de 90% dos agricultores exploram essa atividade. Verificar - se também que 5% exploram caprinos, 30%muares e 65% bovinos e equídeos.

Os agricultores utilizam como forma alimentar do rebanho as pastagens nativas e pouco manejo fitossanitário. Para os agricultores, a falta de assistência técnica e pouca experiência nesse ramo da pecuária, resultou na morte de animais , fazendo com que a atividade se tornasse onerosa e pouca lucrativa.

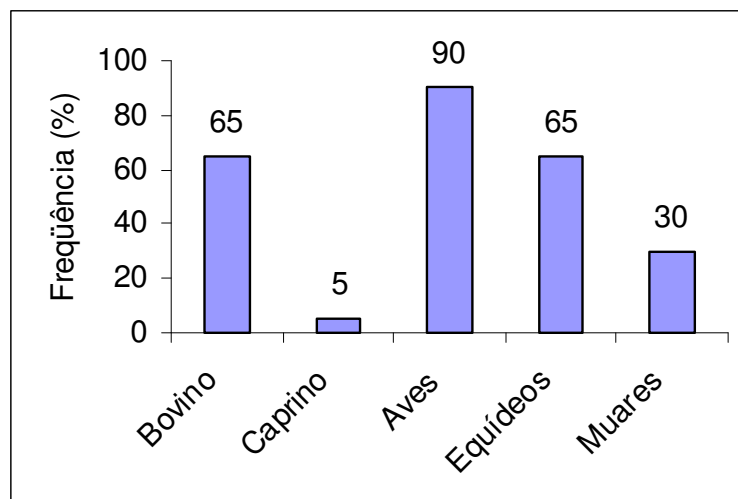


Figura 14. Distribuição de animais criados.

Renda mensal através da agropecuária

A maioria dos agricultores (Figura 15), 70% deles ganham na agropecuária menos de um salário

mínimo, enquanto 15% ganham entre meio e um salário mínimo e entre um e dois salários mínimos e apenas 5% mais de três salários mínimos.

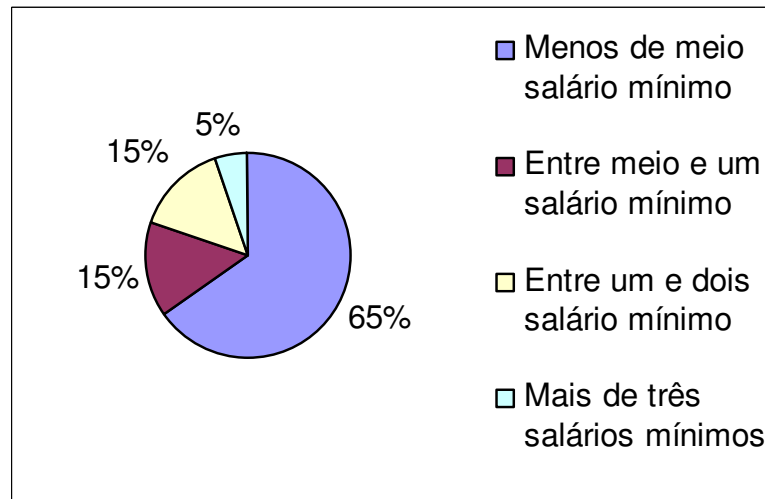


Figura 15. Renda mensal da produção agropecuária.

Assistência técnica

O abandono das comunidades e assentamentos é notável em todo o Brasil. Muitas vezes não se sabe como as poucas famílias que ainda resistem estão encontrando formas de “sobrevivência” visto que vivência é uma palavra ainda desconhecida para muitos. Quer pela não

consolidação desta classe social, quer pelas dificuldades encontradas no dia-a-dia.

Dentre as “ausências notáveis” na maioria dos assentamentos destaca-se a da assistência técnica. Pode-se verificar no Gráfico 14 que 10% dos entrevistados declaram receber algum tipo de assistência. Observou-se também que 90% dos entrevistados não recebem nenhuma forma de assistência. Os efeitos que esta

ausência pode causar estão refletidos nos trabalhos desenvolvidos na própria comunidade, uma vez que os moradores reclamam e se sentem um tanto desprezados pelos órgãos competentes, e quando a assistência aparece e não supre necessidades.

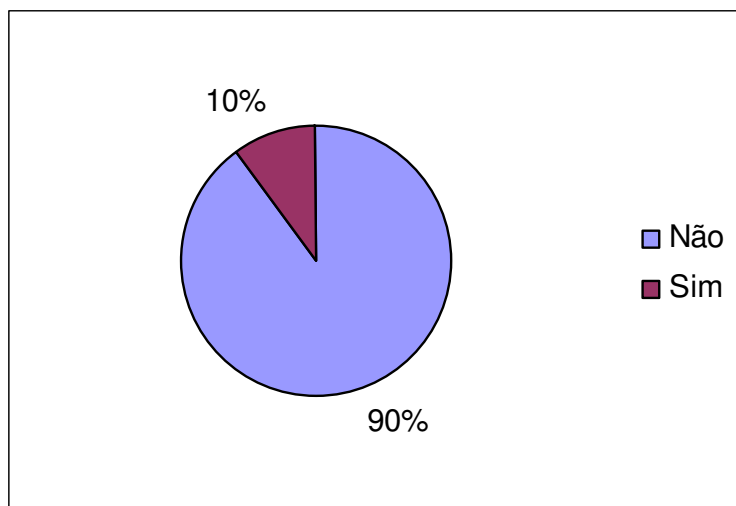


Figura 16. Assistência técnica

Renda Familiar Média dos Entrevistados

Pelos dados obtidos no Gráfico 17, verificou-se que 30% dos entrevistados vivem com uma renda mensal de um salário mínimo (R\$ 380,00). Constata-se que 40% têm uma renda mensal de um até dois salários mínimos, onde além dos programas do governo, complementam a renda com a agricultura. Observa-se ainda 20% possuem uma renda de três salários mínimos. Verifica-se também que apenas 10% dos entrevistados vivem com uma renda em torno de quatro salários mínimos.

Santos (2005), avaliando as famílias da Comunidade Geraldo de Cima, em Alagoa Nova- Pb, observou que 57% delas obtinham renda mensal de 0.5 a um salário mínimo, 7% obtém de 1 a 2 salários mínimos, 3% famílias, geralmente agricultores que tinha uma condição melhor, com propriedades entre 8 e 10 hectares comercializavam seus produtos durante toda semana, obtém mais de 2 salários mínimos e 13% não apresentam renda agropecuária.

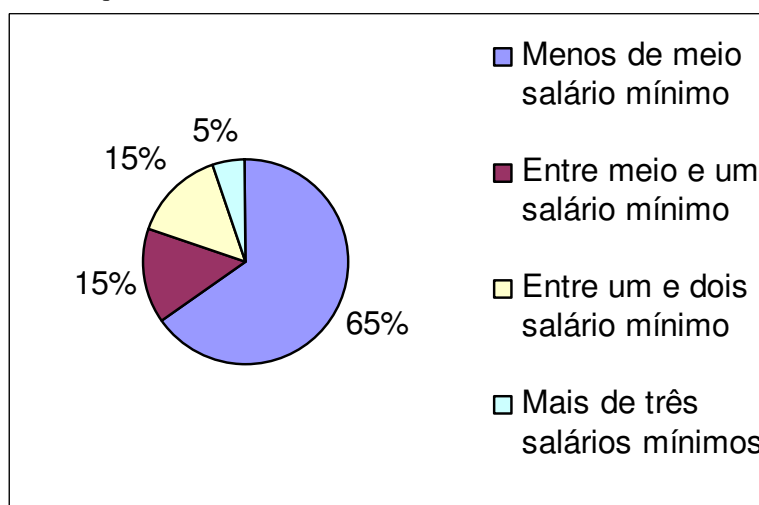


Figura 17. Renda média dos Entrevistados

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O nível de escolaridade dessa comunidade difere da realidade rural, onde a maior parte dos agricultores são alfabetizados.

A principal fonte de renda extra observada na Comunidade Pindoba foi aposentadoria e outros Programas do Governo(Bolsa Escola);

Com relação a infra-estrutura, a Comunidade disponibiliza, de uma Escola de Ensino Fundamental, um casa de farinha e um Engenho de cana- de- açúcar;

A questão da água, a situação não é das melhores onde 70% consomem água de açudes e 30% de poços ou nascentes;

Foi observado que a maior parte dos agricultores não atingem uma renda mensal na agropecuária de um salário mínimo;

Faz- se necessário um acompanhamento voltado para os agricultores da Comunidade Pindoba, pois a precariedade e a falta de assistência técnica local têm impossibilitado o crescimento e o desenvolvimento da região;

Desenvolver e aplicar estratégias conservacionistas (Educação ambiental), que possam contribuir para manter a mata nativa da comunidade “preservada”.

E importante também que se busque junto com as autoridades competentes, melhoria voltada à saúde pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. CORDEIRO.,; **Semente da Paixão: Estratégia de conservação de variedades locais semi-árido**; Rio de Janeiro: AS-PTA; 2002;72 p.il.

ALMEIDA, S. G. de.; PETERSEN, P., CORDEIRO, A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro. In _____. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.p.40.

ALMEIDA, S.G.; PETERSEN, P. CORDEIRO, **Alternativas para a sustentabilidade: Crise**

Socioambiental e Conversão Agroecológica da Agricultura Brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro –RJ. AS-PTA, 2001.

ALMEIDA. P.; CORDEIRO. ; **Semente da paixão: estratégica comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Ilustrado Ivoldo Guedes. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 19-34 P.

ANDRADE, M. C. de; **A Problemática da seca**. Recife, Líber Gráfica e Editora,1999,94p.il.; mapas.

ARAÚJO, E. **S Diagnóstico Sócio- econômico da comunidade Geraldo de Cima, Município de Matinhas – PB** :2005. 62f. Trabalho de conclusão de curso(Graduação em Agronomia). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia.

DUQUE, G.; **Agricultura Familiar, Meio Ambiente Desenvolvimento: Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural**; João Pessoa:Editora Universitária/UFPB, 2002;236P.

FAO, **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Brasília: FAO/ INCRA, 2003.

FAO, **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Brasília: FAO/INCRA, 2003.

IENO NETO,G., BAMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998, 250P.

KOLLING, E. J., NERY., MOLINA, M .C.(orgs) **Por uma educação básica do campo**, Brasília – DF: UnB, 1999, 95 P. (Coleçãopor uma educação- básica do campo – 1).

MOREIRA, E. ; **Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB ,1997, 332 P

NÓBREGA, Jerônimo Andrade da . **Diagnostico sócio – Econômico e ambiental do Assentamento. São Francisco I, município de Pilões- PB**. 37p.2005. Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Agrárias, Areia. 2005

OLIVEIRA, U. de; **A Agricultura Camponesa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1991, (Coleção Caminhos da Geografia).

REIJNTJES, C.; HAVERKOT.; BAYER. W.
Agricultura para o futuro: Uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Trad.: John Cunha Comerford.- Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 324 F

SILVA, J. G., da; **Questão Agrária;** São Paulo: Brasiliense S.; 1996.

STEDILE, J. P.; **A questão Agrária no Brasil.**(org).: Programa de reforma agrária- 1946-2003, 1 ed.; São Paulo: Expressão popular,2005, 240p.

TOSCANO,L. F. **Agricultura Familiar e Seu Grande Desafio.** In: Diária de Votuporanga, São Paulo, o 9 de Out. DE 2003. Disponível em <<http://www.agr.feis.unesp.br>, Acesso em 25 de abril 2007.

TOSCANO. L. S **Agricultura familiar e seu grande desafio.** São Paulo: Brasil. Abril 2003. Disponível em <<http://www.org.feis.unesp.br/dv09012003htm>>. Acesso em 13 de abril de 2007.